



LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

Aloysio Nunes 1

O tucano Aloysio Nunes assume o Ministério das Relações Exteriores, na vaga antes ocupada por José Serra. A saída do senador para a vaga executiva, na opinião do deputado federal jundiense Miguel Haddad (PSDB), contribuirá para a retomada do País. "Aloysio tem histórico e currículo para ocupar a vaga. Ele poderá contribuir para a retomada do comércio internacional com acordos bilaterais."

Aloysio Nunes 2

A saída do tucano do Senado, na opinião do deputado federal, reduz o contingente do partido na Casa, mas será benéfica para o País. "O suplente não será do PSDB, mas o trabalho que já vinha sendo desenvolvido pelo Serra, - também do partido - terá continuidade. Aloysio já comentou a intenção de aproximação com o Mercosul, União Europeia e com os países do Pacífico", conta.

Bom encontro

Sem detalhar quais os projetos que foram debatidos com o secretário chefe da Casa Civil do Estado de São Paulo, Samuel Moreira, o deputado federal Miguel Haddad (PSDB) afirma que o resultado foi positivo. "Encaminhei alguns projetos para a Região relacionados com a saúde e segurança. Esperamos que, em breve, tenhamos novidades para apresentar à população."

Zika

Após conhecer mais detalhadamente o projeto de pesquisa "Infecção vertical pelo vírus zika e suas repercussões na área materno-infantil", desenvolvido pelo Hospital Universitário e Faculdade de Medicina de Jundiá para o estudo do vírus zika e suas interações com bebês e mães, o prefeito de Jundiá, Luiz Fernando Machado (PSDB), se comprometeu a ajudar na conquista de verba da Fapesp.

Mau serviço

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso divulgou nota, ontem, na qual defende o senador Aécio Neves (PSDB-MG), diz que o mineiro não pediu recursos ilegais e acusa a imprensa de ter sido "usada por quem não é crítico", prestando, dessa forma, "um mau serviço ao país". No texto, FHC diz que se criou uma "notícia alternativa" com a difusão da tese de que Aécio pediu recursos de caixa dois para a campanha eleitoral. "O senador não fez tal pedido", ressalta FHC.

Interrogatório

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai ficar frente a frente com o juiz Sérgio Moro no dia 3 de maio. Neste dia, ele será interrogado pelo juiz como réu na ação sobre o triplex no Guarujá - o petista é acusado de ter se beneficiado de desvios da Petrobras na compra e reforma do imóvel, assim como no transporte de seu acervo presidencial após a saída do Planalto. Lula nega as acusações, ressalta que não comprou o apartamento e afirma ser perseguido politicamente pela Operação Lava Jato.

► REGIÃO

Os 85 mil eleitores da cidade terão de fazer o cadastramento biométrico no próprio cartório eleitoral

Eleitores de Várzea Paulista terão de se recadastrar

LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

Várzea Paulista é a terceira cidade da Região do Aglomerado Urbano de Jundiá a receber o mutirão de cadastramento eleitoral para a biometria e conferência de informações. A cidade conta com 85 mil eleitores sendo que parcela já tem o cadastro da digital. A ação também tem por objetivo filtrar os eleitores que realmente moram na cidade - e não somente tenham título no local.

A biometria é uma tecnologia que confere mais segurança à identificação do eleitor no momento da votação. Acoplado à urna eletrônica, o leitor biométrico confirma a identidade de cada pessoa por meio das impressões digitais, armazenadas em um banco de dados da Justiça Eleitoral e transferidas para as urnas eletrônicas.

Até janeiro de 2017, 6.871.577 eleitores (aproximadamente 21% do eleitorado paulista) já haviam feito a identificação biométrica no Estado. O sistema foi estendido para todo o Estado em outubro de 2015. Jundiá e Itu-



RECADASTRAMENTO Além da digital, os eleitores terão de apresentar documentação para conferência de informações

peva foram umas das primeiras a receberem o modelo novo de identificação. Várzea Paulista começa o cadastramento a partir de segunda-feira, dia 13. Segundo a chefe do cartório eleitoral daquele município, France Quirino, a partir desta data, 30 novos atendentes começarão a trabalhar no local para atender

a demanda. "A intenção do cadastramento é não só registrar as digitais dos eleitores que ainda não tenham o cadastro biométrico, como confirmar a quantidade de eleitores que realmente moram na cidade e que podem e devem cobrar os políticos pelas melhorias", comenta. Ela explica que, desde

2015, o processo de biometria está em implantação e, por isso, parte dos eleitores varzinos já possui registro. De qualquer maneira, todos terão de comparecer ao cartório eleitoral para confirmar a residência na cidade com a apresentação de qualquer correspondência em seu nome, no endereço

do próprio município,

Como fazer

Os eleitores deverão comparecer ao cartório para que seus dados sejam revisados e coletadas as suas digitais, entre 13 de março de 2017 a 30 de março de 2018. O atendimento será feito de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h. Quem não comparecer à revisão terá o título cancelado.

Para a revisão do cadastro, o eleitor deve agendar seu atendimento no site do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (www.tse.ju.br) e apresentar documento oficial de identificação com foto, título eleitoral, caso possua, e comprovante de residência que tenha no máximo três meses de emissão. O cidadão será fotografado, terá coletadas as impressões digitais dos dedos das mãos e a assinatura.

Sem o título regular, o eleitor não pode obter passaporte, carteira de identidade e CPF, matricular-se em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo, inscrever-se em concurso público, participar de concorrência pública, obter empréstimo em bancos oficiais, entre outros impedimentos.

► INVESTIGAÇÃO

Aécio diz que jamais foi acusado sobre 'caixa dois'

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) divulgou um vídeo nesta sexta-feira (3) no qual afirma que "em nenhum momento" foi acusado por delatores da Odebrecht de ter solicitado doações ilegais, o chamado caixa dois, para o candidato do PSDB nas eleições de 2014. O tucano diz ainda que há uma tentativa de disseminar inverdades envolvendo seu nome. Aécio afirma na gravação que "dois fatos" ocorri-

dos nas últimas 48 horas "são elucidativos e podem ser pedagógicos em relação ao futuro". "O primeiro deles diz respeito ao depoimento do sr. Marcelo Odebrecht ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), no qual ele afirma de forma categórica que os recursos transferidos à campanha do PSDB em 2014, quando eu era candidato à presidência da República, foram feitos oficialmente, via caixa um, e que uma solicitação que

chegou a ser feita em um determinado momento da campanha não pode ser atendida."

"Essa é a afirmação literal do sr. Marcelo Odebrecht, que por si só é motivo de reconhecimento da lisura da nossa campanha", afirma Aécio.

"No dia seguinte, um outro executivo, chamado Benedito Júnior, afirma em determinado momento que recebeu de minha parte, como dirigente partidário e candidato, a solici-

tação para apoio a três ou quatro candidatos que disputava aquela eleição. Eu, como dirigente partidário, tinha o dever de tentar ajudar dezenas, centenas de candidatos e sempre da forma correta, da forma legal, da forma lícita", prossegue o tucano.

"Em nenhum momento, ao contrário do que tentaram disseminar ao longo do dia de hoje, em nenhum momento o sr. Benedito afirma que eu solici-

tei recursos por caixa dois ou qualquer outro meio", conclui. A fala de Aécio é uma resposta à publicação de que, em seu depoimento ao TSE, Benedito afirmou que a Odebrecht repassou R\$ 9 milhões por meio de caixa dois para o PSDB. Os recursos teriam sido liberados após um pedido de Aécio. O tucano encerra o vídeo afirmando que "o respeito à verdade é a essência da democracia". (Folhapress)

► PROPINA

Empresário vira réu na Lava Jato

O juiz federal Sergio Moro aceitou nesta sexta-feira (3) a denúncia contra o executivo Mariano Marcondes Ferraz, investigado na Operação Lava Jato e acusado de pagar propina em obras da Petrobras.

Com isso, ele vira réu e deve responder à acusação de corrupção e lavagem de dinheiro. Casado com a atriz Luiza Valdetaro, Ferraz morava em Londres e foi preso ao embarcar num voo para a cidade inglesa, em outubro do ano passado.

Detido por uma semana, ele admitiu aos investigadores ter pago propina ao ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, a fim de renovar o contrato da Decal do Brasil com a estatal, em 2011. A empresa, da qual ele era representante no país, prestava serviços de armazenagem e movimentação de grãos no porto de Suape, em Pernambuco.

Segundo ele, o objetivo era "fazer a coisa caminhar" e

"proteger o negócio". "Era assim que funcionava o sistema", disse o executivo, em depoimento à Polícia Federal.

Foram US\$ 868 mil em propina, depositados em offshore de Paulo Roberto Costa - que confirmou o pagamento em delação premiada.

Moro entendeu que há provas suficientes de autoria e materialidade para acatar a denúncia.

O empresário afirmou que foi vítima de extorsão ou concussão. Para Moro, a alegação terá que ser examinada. "Por ora, considero o fato de que há indicativos de que foi paga propina a Paulo Roberto Costa, o que sinaliza, em cognição sumária, pela inexistência de concussão ou extorsão", escreveu o juiz.

O contrato da Decal do Brasil com a Petrobras venceria naquele ano, mas acabou renovado após o pagamento da vantagem indevida, até abril de 2012. (Folhapress)

► LAVA JATO

Operadores detidos são transferidos para Curitiba

Presos em caráter preventivo na Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal desde o último dia 25, Jorge Luz e seu filho, Bruno Luz, foram transferidos nesta quinta-feira (2) para a Superintendência da PF no Paraná. As informações são da Agência Brasil.

Apontados como operadores financeiros ligados principalmente ao PMDB, pai e filho foram alvos da 3ª Fase da Operação Lava Jato, batizada de Blackout. Citados por outros investigados na Operação Lava Jato que assinaram acordo de delação premiada com a Justiça Federal, os dois responderam pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Jorge e Bruno deixaram o aeroporto internacional de Brasília em um voo comercial e chegaram ao aeroporto internacional Afonso Pena, na capital paranaense, pouco após as 18h. No aeroporto, fo-

ram recebidos por uma equipe local da PF, que os conduziu para a superintendência.

Esquema

Segundo o Ministério Público Federal, a atuação de Jorge e Bruno junto à Petrobras resultou no pagamento de R\$ 40 milhões em propinas ao longo de dez anos, especialmente na compra dos navios-sonda Petrobras 10.000 e Vitória 10.000; na operação do navio-sonda Vitória 10.000 e na venda, pela Petrobras, de sua participação acionária na Transener (maior companhia de transmissão de energia elétrica da Argentina) para a empresa Eletroengenharia.

De acordo com a investigação, a maior parte da propina era repassada aos membros da Diretoria Internacional da Petrobras, enquanto o restante era destinado a agentes políticos. O procurador da República Diogo Cas-

tor de Mattos disse que esses políticos gozam atualmente de foro privilegiado.

Os integrantes da força-tarefa do MPF disseram ainda que Jorge e Bruno atuavam na Diretoria Internacional da Petrobras, área de indicação política do PMDB, que, em nota, afirmou que os operadores financeiros "não têm relação com o partido e nunca foram autorizados" a falar em nome da sigla.

Ainda de acordo com os procuradores da força-tarefa, pai e filho também agiam esporadicamente na Diretoria de Abastecimento e na Diretoria de Serviços da estatal, áreas de influência do PP e do PT, respectivamente.

A reportagem entrou em contato com o advogado de Jorge e Bruno Luz, Gustavo Teixeira, que informou não ter nada a comentar por ora sobre a transferência de seus clientes para Curitiba. (Das Agências)